

RESUMO - EIXO 4: INSTITUIÇÕES ESCOLARES E POLÍTICA EDUCACIONAL

**A CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA E A EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL NO BRASIL: HISTORICIDADE, ESTRUTURA E
ORGANIZAÇÃO (1938)**

Joyce Brenna Da Silva Lima Rodrigues (joycebrenna@gmail.com)

Harian Matheus Rodrigues Bezerra (harianbezerra005@gmail.com)

Olivia Moraes De Medeiros Neta (olivianeta@gmail.com)

Este artigo tem como objetivo analisar o processo histórico e sociopolítico de formação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), destacando seu papel na consolidação do setor industrial e na institucionalização da hegemonia capitalista no Brasil. Partimos do prisma em um contexto de transição econômica do país, no início do século XX, quando o Brasil deixava gradualmente o modelo agrário-escravista em direção à industrialização e à modernização urbana. O estudo utiliza como fontes principais o Estatuto de Fundação da CNI, documentos legais da época, além de jornais e periódicos disponíveis na Hemeroteca Digital Brasileira. Metodologicamente, apoia-se na Interpretação Histórica de Jörn Rüsen (2010, 2015) e na análise documental de Julio Aróstegui (2006), buscando compreender as fontes não apenas como registros factuais, mas como construções de sentido histórico. Essa abordagem

permite compreender a CNI como produto de uma articulação entre Estado, empresariado e ideologia industrialista. Fundada em 12 de agosto de 1938 e reconhecida oficialmente pela Carta Ministerial de 17 de setembro do mesmo ano, a CNI surge como entidade sindical de grau superior, representante dos interesses do patronato industrial. O reconhecimento legal, ratificado pelo Decreto nº 12.321 de 1943, consolidou sua legitimidade como órgão coordenador das categorias industriais em nível nacional. Os documentos da época — como os telegramas e reportagens circuladas pelo Correio Paulistano e do jornal A Tribuna — registram a repercussão pública do evento, revelando o protagonismo de figuras como Euvaldo Lodi e Roberto Simonsen, líderes empresariais que representavam os anseios da elite industrial conservadora e atuavam em sintonia com o governo do então presidente Getúlio Vargas. A análise evidencia que a criação da CNI incorpora-se a uma conjuntura de fortalecimento do corporativismo estatal e da centralização política do Estado Novo (1937–1945), no qual o Estado e o empresariado industrial convergiam na busca por um modelo de desenvolvimento nacional autônomo, mas pautado pela racionalização produtiva e pelo controle social do trabalho. Ao mesmo tempo, a CNI assumiu papel estratégico na formação de mão de obra qualificada e na formulação de políticas voltadas à modernização da economia. Considerando nossas análises, o estudo elucidado que a CNI não apenas representou os interesses da indústria, mas também foi um agente ativo na consolidação de um projeto de modernização do Estado Brasileiro. Sua trajetória inicial reforça a interdependência entre Estado e capital privado, institucionalizando um modelo econômico centrado na eficiência e na produtividade, em detrimento da ampliação dos direitos sociais. Assim, compreender sua gênese e estrutura permite problematizar os mecanismos pelos quais o empresariado industrial consolidou sua influência sobre as políticas públicas, moldando os rumos de Brasil “moderno”.

Palavras-chave: confederação nacional da indústria; cni; corporativismo; industrialização; história institucional.